



## **Ensinar geografia a contrapelo das representações dominantes de juventudes e suas espacialidades urbanas periféricas**

**La enseñanza de la geografía a contrapelo de las  
representaciones dominantes de la juventud y sus  
espacialidades urbanas periféricas**

**Teaching geography against the grain of the  
dominant representations of youth and  
their peripheral urban spatialities**

**MÁRIO PIRES SIMÃO**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, RJ, Brasil  
mariosimao.uerj@gmail.com

**MARCELO PESSOA DA SILVA**

Rede privada de ensino, Niterói, RJ, Brasil  
marcelopgeo@gmail.com

---

### **Resumo**

O ponto de partida deste artigo é a articulação entre os conteúdos escolares de Geografia, em especial o urbano e a cidade, e as juventudes. O ensino pode se cercar de uma representação de urbano predominantemente capitalista, em que as cidades se configuram a partir da tensão colocada entre valor de uso e valor de troca, estabelecida por uma lógica de exploração exponencial do solo urbano. Mas o legado do conhecimento geográfico permite pensarmos os sujeitos plenos em suas espacialidades. Por isso, aos padrões urbanísticos que supõem as espacialidades periféricas como não urbanas, ou pré-urbanas, a Geografia dispõe de ferramentas para pensar e discutir um urbanismo periférico, subalterno (Roy, 2017). Isto posto, aqui pretendemos apontar o desafio do ensino de geografia na superação de estereótipos e leituras hegemônicas sobre os jovens estudantes de origem popular e seus territórios de moradia e, ao mesmo tempo, assinalar o potencial que os conteúdos escolares da disciplina dispõem para pensar as territorialidades e cidadanias insurgentes destes sujeitos.

**Palavras-chave:** Cidade; Escola; Juventudes; Ensino de geografia; Periferia.

### **Resumen**

El punto de partida de este artículo es la articulación entre los contenidos escolares de la Geografía, en especialmente el urbano y la ciudad, y los jóvenes. La educación puede rodearse de una representación predominantemente capitalista de lo urbano, en la que las ciudades se configuran

a partir de la tensión entre el valor de uso y el valor de cambio, establecida por una lógica de explotación exponencial del suelo urbano. Pero el legado del conocimiento geográfico nos permite pensar en sujetos completos en sus espacialidades. Por lo tanto, a los patrones urbanos que suponen espacialidades periféricas como no urbanas, o preurbanas, la Geografía tiene herramientas para pensar y discutir un urbanismo periférico y subalterno (Roy, 2017). Dicho esto, aquí se pretende señalar el desafío de la enseñanza de la geografía en la superación de estereotipos y lecturas hegemónicas sobre jóvenes estudiantes de orígenes populares y sus territorios de residencia y, al mismo tiempo, señalar el potencial que tienen los contenidos escolares de la disciplina para pensar las territorialidades y ciudadanías insurgentes de estos sujetos.

**Palabras clave:** Ciudad; Escuela; Juventud; Enseñanza de geografía; Periferia.

#### **Abstract**

The starting point is the articulation between the Scholl contents of Geography, in especially the urban and the city, and the youth. Teaching can be surrounded by a predominantly capitalist urban representation, in which the cities are configured based on the tension placed between use value and exchange value, established by a logic of exponential exploitation of urban. But the legacy of geographical knowledge allows us to think about the full subjects in their Spatialities. Therefore, to the standards that suppose peripheral spatialities as non-urban, or pre-Geography has tools to think about and discuss urbanism peripheral, subaltern (Roy, 2017). That said, here we intend to point out the challenge of Teaching Geography in overcoming stereotypes and hegemonic readings of young people students of popular origin and their territories of residence and, at the same time, mark the potential that the school contents of the discipline have to think about the territorialities and insurgent citizenships of these subjects.

**Keywords:** City. School; Youth; Teaching of geography; Periphery.

---

#### **Introdução**

Este artigo reúne reflexões que foram produzidas ao longo do trabalho de acompanhamento de estudantes inscritos na disciplina de Estágio Supervisionado em Geografia, do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Também é fruto das experiências pedagógicas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido em duas escolas públicas, uma em São Gonçalo/RJ e outra em Itaboraí/RJ durante os anos de 2020 e 2022.

Os princípios que alicerçam sua elaboração estão dispostos no desenho do curso de Licenciatura Plena em Geografia que esta unidade da UERJ oferece, que se propõe formar um professor-pesquisador, um profissional bem-informado sobre os desafios contemporâneos da sociedade. Portanto, graduandos e graduandas devem acumular experiências formativas que articulem ensino, pesquisa e extensão, tomando estas três dimensões como permanentes e inseparáveis em seu fazer pedagógico cotidiano ao longo de sua atuação profissional. Um professor-pesquisador deve situar suas ações no tempo-espço, buscando responder às questões que atravessam a vida daqueles com quem trabalha e, ao mesmo passo, assumindo o caráter transformador e emancipatório da educação.

Ao longo das disciplinas de estágio supervisionado desenvolvemos o suporte técnico, instrumental da disciplina para o ofício da docência, mas concebemos que este é um espaço para que os/as estudantes reconheçam seu papel como sujeito político, isto é, seu compromisso com uma educação crítica, que reconheça o papel da educação na prática social dos seus estudantes na busca da emancipação política e intelectual deles.

Dito isto, a abordagem que trazemos aqui não é nada trivial. Acompanhar estudantes de um curso de licenciatura em São Gonçalo, leste da metrópole do Estado do Rio de Janeiro, em escolas públicas situadas neste município e nos vizinhos, aguçou ainda mais os campos de conhecimento que já havíamos desenvolvido fora da universidade com experiências de trabalho em escolas públicas e de projetos educacionais e culturais em territórios urbanos periféricos. Por isso esta proposta objetiva articular esta formação metodológica e didática a dois campos muito pertinentes ao universo da educação, isto é, as juventudes e a cidade, esta pensada a partir de suas periferias.

Esta inclinação já talhada na trajetória pregressa à universidade e alimentada pelas bases que sustentam o curso, redundaram num trabalho na disciplina supracitada com ênfase no debate sociológico e geográfico dos jovens estudantes com quem os graduandos conviviam nas escolas, assim como na seleção dos discentes para o PIBID priorizando jovens estudantes do curso de Geografia que se aproximassem deste universo de questões que gravitam em torno destes temas, seja por sua própria origem, seja por suas experiências de vida, fora e dentro da universidade.

O pressuposto do trabalho parte da pedagogia histórico-crítica e compreende que a iniciação docente deve contribuir para que os futuros profissionais da educação desenvolvam o olhar científico e a sensibilidade para planejar e executar suas funções nas escolas, entendendo que no campo da Geografia, o papel do educador é estimular o pensar a realidade pelas lentes da geografia, ou seja, a capacidade dos estudantes de construir leituras espaciais que lhe permitam uma melhor incidência sobre a realidade em que estão inseridos. Mas para que isso ocorra, os educadores devem reconhecer os estudantes como sujeitos políticos, e como tal, compreendê-los em suas práticas sociais, em seus contextos de vida.

As práticas sociais são a fonte para que estes sujeitos construam práticas espaciais, conforme nos aponta Moreira (2017, p.27). E isso envolve pensar os sujeitos em suas rotinas de vida, em seus atravessamentos e enfrentamentos diários que são marcados por sua condição social, de classe, de gênero, de etnia. Deste modo, os esforços que foram empreendidos nos nossos espaços formativos têm buscado uma conexão entre os graduandos e os estudantes da educação básica. Aqui, basicamente traçamos algumas reflexões que consideramos pertinente sobre este universo juvenil pensado a partir de jovens que residem em espaços periféricos da cidade e, que,

portanto, são atravessados pelas tensões espaciais e sociais que a periferia representa hoje em nossa sociedade.

### **Pensando juventudes e cidades**

A construção da juventude como etapa de vida é um artefato cultural da sociedade moderna. Pensar os jovens pelo crivo desta categoria juventude é ter como referência parâmetros cronológicos, biológicos, comportamentais e culturais (Simão, 2013, p. 86-87).

É importante perceber que essa classificação das fases da vida cumpre uma função reprodutora da realidade social que temos. Estas fases não podem constituir-se como categorias isoladas e autônomas. São elaborações cognitivas e sociais que se posicionam no ordenamento social. Mas é possível percebermos que os limites entre uma etapa e outra acabam ganhando referências funcionais. Assim, a juventude não é simplesmente uma etapa da vida, mas tem um caráter específico e uma função social. Certamente esta leitura, pautada numa perspectiva moderna, mecânica e cientificista da sociedade e que se traduziu na linha de pensamento funcionalista, constituiu-se como referência importante na construção de padrões de comportamento das fases da vida.

Nada trivial que se pense em atributos para cada uma destas etapas. Assim nos alerta Abramo sobre a condição juvenil

[...] a juventude nasce na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX), como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo produtivo (e a permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil (Abramo, 2008, p. 41).

Em outras palavras, a autora estabelece a juventude num contexto relacional, ou seja, no contato e confronto com as outras “etapas” de vida, uma vez que entende que se trata de uma categoria que só pode ser desvelada a partir de uma lógica de socialização em que cada sujeito, individual e coletivamente, se ocupa de um lugar específico numa relação com os demais. No entanto, a construção desta noção, sob determinadas condições e com determinadas características, é ainda a representação hegemônica de uma determinada condição juvenil, que para alguns autores, é uma condição estabelecida a partir da experiência burguesa de ser jovem.

Concordamos com Reguillo (2007, p. 49) ao afirmar que esta é uma categoria culturalmente construída e datada. Não podemos tratá-la como uma essência. Os referenciais que utilizamos para fixar limites, estabelecer agrupamentos, eleger repertórios sobre os jovens são necessariamente construídos numa teia de símbolos e

práticas sociais que envolvem relações de forças em nossa sociedade, o que na escola é facilmente percebido.

O recorte etário é a manifestação mais óbvia do tempo como ordenador da vida moderna. Tal como a noção de tempo a partir dos modernos se configura como uma grandeza unidimensional, constituída parcelarmente, mas perpassada por um tempo único que caminha para o infinito, a juventude também é traduzida como um uma categoria genérica, que tende geralmente a diluir as diferenças a traços meramente conjunturais dos indivíduos.

Mas identificamos uma insuficiência nesta representação da juventude como uma entidade cronológica. Conforme salienta Abramo (2008, p. 37), referindo-se a uma pesquisa de abrangência nacional no Brasil sobre o perfil da juventude brasileira, não se pode traduzir com exatidão o termo. Assim é possível considerar uma noção de juventude pautada pela condição peculiar de vida, isto é, uma condição transitória, uma passagem que é marcada por mudanças significativas em suas condições físicas, mas também em seus atributos sociais. Desse modo, genericamente este agrupamento é definido por indivíduos que estão situados numa determinada fase do ciclo da vida.

Ribeiro e Lourenço (2003, p. 38) destacam que a juventude não pode ser encarada simplesmente como uma etapa cronológica da vida, mas como uma categoria socialmente produtora do mundo das coisas. Para as autoras, os ciclos da vida refletem práticas e valores numa estrutural social que se reproduz e ainda assinalam como noções de nação, classe social, raça e etnia são estruturantes para pensar como os indivíduos e grupos sociais se tornam o que são.

Portanto, acompanhamos Dayrell (2003, p. 43) ao reconhecer a constituição do jovem como um sujeito social. Trata-se de uma experiência individual e ao mesmo tempo coletiva, visto que os jovens compartilham sua vida, suas escolhas, seus traços identitários em diferentes momentos, em diferentes espaços e sob contextos os mais variados possíveis. Suas práticas sociais estão entrelaçadas aos espaços em que vivem. Localizar tais sujeitos em suas práticas é um caminho indispensável para o reconhecimento destes sujeitos e suas múltiplas existências nos tempos de hoje.

Então vejamos. A representação mais recorrente que se aplica a juventude é aquela que a define a partir da noção de *limite*. Ser jovem é, portanto, situar-se entre o limiar da infância e o início da fase adulta e, com isso, configura-se como uma ponte entre ausência de autonomia e independência e os ensaios de maturidade e de controle sobre suas próprias faculdades mentais e destinos (Levi;Schimtt, 1986, Apud CASSAB, 2001). Mas cabe destacar que estes limites dependem de diferentes conjunturas sociais e podem variar conforme a vivência de cada indivíduo. Cada um deles constrói para si uma rede multifacetada de elementos cognitivos, emocionais, todos sempre mediados no tempo e no espaço em que a vida do sujeito acontece. Significa que está sempre envolvido por uma teia de símbolos e valores que variam conforme cada momento histórico e cada contexto espacial.

Observa-se que a representação social dominante sobre juventude na década de 1950 enfocava a ideia da transgressão, da rebeldia e da delinquência juvenil. Descrevendo a cultura de rua no Equador, Mauro Cerbino (2006, p. 07) aponta para o discurso dominante que define os jovens como biopsicologicamente violentos, da mesma maneira como destaca Novaes (2007, p. 99) com a ideia de geração suspeita atribuída ao jovem em artigo sobre juventudes sul-americanas. No Brasil, Abramo (2008, p. 38) assinala que até os anos de 1960 a visibilidade da juventude esteve restrita aos jovens escolarizados de classe média. Na leitura da autora o debate girava, então, sobre os movimentos estudantis, a contracultura e a militância juvenil nos partidos, sobretudo de esquerda.

Contudo uma reserva é indispensável a respeito desta geração suspeita. Enquanto os segmentos juvenis das classes médias eram tomados como ameaçadores a ordem vigente, tornava-se cada vez mais preocupante e evidente as diferentes situações de risco a que estavam submetidos parcela significativa dos jovens de origem popular, que muitas vezes em face a seu endereço, sua cor e seus hábitos eram não simplesmente ameaçadores, como passíveis de intervenção, controle e porque não dizer, eliminação.

Por outro lado, é fundamental destacar que a partir dos anos de 1980 uma representação muito comum aplicada aos jovens foi a do consumo. Salienta Paula (2016, p. 23) a participação da mídia e do mercado em forjar culturas juvenis marcadas pelo consumo. Era comum salientar como os jovens se vestiam, que músicas ouviam, como falavam. Embora uma representação delicada, ela nos faz pensar na pertinência do debate sobre culturas juvenis e de como isso foi ganhando relevo para a definição usual de juventude ou juventudes. Dayrell (2003, p. 48) destaca os mecanismos de distinção, de formação de identidades juvenis através de símbolos, práticas e rituais dos jovens.

Daí cabe pensarmos estes jovens no cruzamento com um tema muito comum no nosso trabalho como professores de geografia, isto é, a cidade. As experiências cotidianas, sociais, espaciais incidem sobre os jovens e se queremos que estes possam atuar com autonomia e criticidade sobre sua realidade é fundamental que possam desenvolver a capacidade de ler e interpretar os conjuntos espaciais em que estão inseridos. Evidentemente que as práticas sociais juvenis estão atravessadas pelas diferentes escalas que cruzam o cotidiano, local, regional, nacional e global. É impossível entender as práticas de jovens urbanos pensando-as como circunscritas apenas a escala muito próxima dele. Com isso uma crítica muito comum ao trabalho realizado pelo ensino formal é que muitas vezes supõe uma visão localista, uma espécie de determinismo geográfico, que encerra as práticas dos jovens a seu endereço, por exemplo, definindo que por ser de origem periférica possuiria traços identitários determinados por seu território de origem. Diferentemente disso, é fundamental

analisar as práticas juvenis condicionadas por seu tempo, mas principalmente pelas distintas sociabilidades tecidas por estes numa relação com o mundo.

Para fins deste trabalho, o nosso ponto de partida é pensar as cidades a partir de suas periferias. Não resta dúvida que existem muitos meios para se analisar a cidade e o fenômeno urbano (aqui entendido como uma forma de organizar a sociedade que extrapola os limites da própria cidade). Isso guarda devida relação com a crítica produzida pelo filósofo francês Henri Lefebvre em sua formulação sobre uma filosofia da cidade que resultam numa concepção urbanística e numa ideologia de cidade sob a égide do funcionalismo, isto é, produzindo uma redução da problemática urbana ao campo de sua funcionalidade (Lefebvre, 2001). De modo semelhante encontramos muitas vezes uma concepção urbanística que enxerga o espaço urbano como um palco e suas partes como que cumprindo um papel numa dinâmica, uma engenharia do urbano composta por diversas formas de uso e apropriação do espaço (Arantes; Vainer e Maricato, 2013).

Mas vai além disso. Este ponto de partida é visitado a partir do modo como o urbano e a cidade configuram no ensino de Geografia. No geral o que se pratica neste componente curricular segue tendo como referência a noção de urbanização como um processo e da cidade como uma expressão deste processo. As cidades aparecem como a principal forma de arranjo societário e a organização do trabalho pedagógico se cerca de uma visão de realidade urbana como uma representação global, ou seja, adotam-se parâmetros para desmembrar e para montar o que seria tal realidade, que vão desde o padrão construtivo, as funções urbanas numa cadeia de produção global, sua estrutura com seus pontos nodais e suas vias, as regionalizações em distritos, bairros ou setores, entre outros.

Partindo deste contexto, cabe-nos pensar os jovens com quem estamos travando diálogo, estes jovens urbanos que moram em São Gonçalo/RJ (o que também nos permite pensar outros jovens periféricos que residem nos mais distintos sítios urbanos do País). No ordenamento social moderno estes jovens estão atravessando uma etapa fundamental de sua formação, que em tese, marca uma passagem para a vida com novas e complexas responsabilidades. Entretanto é razoável considerar as expectativas que recaem sobre estes jovens, vistos sobretudo pela ótica moderna de fase de transição para a vida adulta, e suas próprias expectativas num contexto difuso de condições de ser, viver e estar na juventude. Em outras palavras as expectativas da sociabilidade juvenil são tingidas de continuidade da vida escolar na universidade, de qualificação para o mercado de trabalho, de amadurecimento para vida adulta. Entretanto, como as juventudes vivem experiências muito singulares, desde suas formas de identificação emocional, social e cultural, até as bases sociais e familiares em que estão inseridas, espaços prescritos e uma espécie de condição teleológica da vida apontada para um bom futuro, podem se tornar embotadas ou inatingíveis, gerando

um grau de frustração expressivo, tanto para os próprios jovens, como para os que estão ao seu redor e deles esperam algo.

Tal como a cronologia que representa a noção de juventude pode ser uma definição que opera atualmente sob rasura, pensar os jovens estudantes, residentes dos bairros e comunidades localizadas em São Gonçalo, nos faz pensar também nas diferentes e desiguais realidades em que vivem.

Uma pesquisa amostral realizada pela Secretaria Nacional da Juventude em 2013 traz elementos contundentes sobre as disparidades socioespaciais vividas pelas juventudes brasileiras (Brasil, 2013). Estas disparidades estão na renda familiar, na escolaridade dos responsáveis, no grau de escolaridade por raça/cor, nas situações de trabalho precário e informal a que muitos jovens estão submetidos. Mas estas disparidades precisam ser pensadas espacialmente e os jovens estudantes são em sua maioria de origem popular, que enfrentam uma distinção territorial de direitos (Barbosa, 2013), isto é, por serem moradores de territórios periféricos, convivem diariamente com as marcas concretas de uma metrópole em que equipamentos e serviços se concentram em determinados bairros e são escassos em outros. Mas também são confrontados em seu cotidiano com as marcas simbólicas de sua condição social e racial que na representação hegemônica é demonizada, vista como uma ameaça à ordem. Uma parcela significativa destes jovens tem seus direitos condicionados por seu endereço, por sua cor, por sua identidade de gênero, por sua condição social.

Como lidar, portanto, com um processo formativo que supõe pensar em projetos de futuro com jovens que estão inseridos nesta condição? Como motivar os estudantes de graduação em seu processo de iniciação à docência para que construam um olhar atento e construtivo sobre os jovens estudantes do Ensino Médio, de modo que este processo seja uma oportunidade para qualificar sua formação como futuros regentes?

Para nós, a geografia possui um arsenal conceitual e metodológico com enorme potencial crítico e emancipatório. Mas, por outro lado, pode também ser reprodutora de velhas noções e abordagens que reforçam estereótipos e tendem a esvaziar a condição política dos estudantes que está inscrita em seu território e na teia de relações simbólicas em que este se manifesta. No caminho das potencialidades do ensino de geografia a contrapelo das representações dominantes de juventudes e suas espacialidades urbanas periféricas que pretendemos caminhar no próximo bloco.

### **Os jovens estudantes habitam a cidade e são habitados por ela**

Devemos nos perguntar sobre o pensamento geográfico que organiza e dá suporte ao nosso trabalho, porque dele decorre o modo como vemos as espacialidades de sujeitos periféricos. Quando sustentamos esta geografia em determinados discursos é possível que sujeitos, saberes e fazeres se tornem invisíveis. Um exemplo disso está na prática ainda recorrente de desprezar as comunidades de origem dos estudantes, ou

mesmo de narrá-las como ambiente perigosos, hostis e incivilizados. Neste caso, as históricas desigualdades sociais são interpretadas a partir de um padrão social e, portanto, vistas como consequências de escolhas individuais ou de trajetórias particulares. Mais do que isso, as comunidades passam a ser traduzidas como problema, isto é, o problema é a periferia e está na periferia, um argumento forjado pelos grupos dominantes que expressa um olhar colonial e sustenta propostas colonizadoras (Foucault, 1999)

Os jovens vivem na cidade e são habitados por ela. Há uma vivência que vai conformando os modos de pensar, de agir, de se deslocar pela cidade, de planejar a própria vida na cidade.

É possível explorar estas dimensões na sala de aula. Contudo para pensar os territórios da ação social dos jovens é fundamental discutir as cidades captadas por eles.

Os livros didáticos de Geografia trazem o debate sobre a sociedade urbana e a cidade, tomando como referência diferentes níveis de análise. É comum encontrarmos nos livros de Geografia Geral a formação de uma sociedade humana majoritariamente urbana, os processos de urbanização nas diferentes partes do planeta, a formação de cidades, os fenômenos de metropolização e demais estruturas e noções atinentes a esta forma que abriga a imensa maioria dos habitantes do planeta.

No que se refere a formação das periferias urbanas há praticamente um consenso na abordagem centrada nas desigualdades produzidas pelo processo de mercantilização do solo urbano e suas consequências para as dinâmicas de expansão das cidades. Outra abordagem muito comum é que se refere às periferias, principalmente às favelas, como “problemas urbanos” ou como “espaços da exclusão”. Não é muito difícil que se recorram às definições oficiais de favelas e à concepção usual da relação centro-periferia, que estabelece determinados padrões para distinguir locais centrais - pólos de atração populacional seja pela pluralidade de serviços, comércio, de oferta de trabalho, concentração dos escritórios e sedes das principais empresas, área que reúne os atrativos turísticos da cidade – dos periféricos, que corresponderiam aos locais que são atraídos e dependentes desta centralidade.

Do ponto de vista da paisagem, conceito estruturante para a Geografia e para o ensino, visualiza-se aquelas imagens clássicas da cidade dividida por condomínios luxuosos de um lado e favelas e demais periferias do outro, muitas vezes um ao lado do outro. Outra paisagem muito comum é a sonora, que busca no repertório musical brasileiro opções para enfatizar esta relação centro-periferia, que vai desde os sambas de morros, passando pelos “alagados” do rock nacional e chegando às contestações do rap.

Evidente que todas estas abordagens carregam uma relação bastante proporcional à realidade. Estão inclusive ancoradas não simplesmente nos aportes da Geografia, mas também das demais ciências sociais, tanto que sempre aparecem

vinculadas ao tema das desigualdades sociais que se manifestam no urbano, portanto sendo objeto de pesquisas e produção teórica de diferentes campos científicos. Contudo aqui queremos deixar como reflexão para o leitor, um possível educador em Geografia, uma mudança de perspectiva para pensar a reprodução do espaço urbano. Similarmente ao entendimento de Carlos, o espaço não é só produto, mas também “condição e meio do processo de reprodução da sociedade” (Carlos, 1994, p. 255). Conseqüentemente, uma análise espacial que tome os arsenais que a Geografia dispõe como ferramenta nos impulsiona a pensar os sujeitos em sua vida, com seus valores, sua cultura, lutas e projetos.

Se tomarmos isso como referência, veremos que num mundo tomado por distintas representações espaciais, dentre estas, a representação das periferias como lugares estigmatizados e que são objeto de um conjunto de estereótipos atribuídos a estes territórios e a seus moradores. Estas representações reforçam a noção de carência, de ausência e tendem a reduzir as distintas realidades periféricas, homogeneizá-las e classificá-las seguindo os padrões urbanísticos oficiais.

Observemos que estes padrões sustentam definições oficiais sobre as favelas. Até pouco tempo o IBGE (2010) definia as favelas como aglomerados subnormais<sup>1</sup>. Para o instituto estes aglomerados são definidos do seguinte modo:

Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades –, o Censo Demográfico aprimora a identificação dos aglomerados subnormais. Assim, permite mapear a sua distribuição no País e nas cidades e identificar como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas, oferecendo à sociedade um quadro nacional atualizado sobre esta parte das cidades que demandam políticas públicas especiais (IBGE, Censo Demográfico 2010, Informações Territoriais, p. 8).

Ao atribuir a tipologia subnormal a estes territórios, a definição parte de um padrão urbano, normatizado sobretudo pelo estado e pelo mercado. Por isso dois elementos sustentam tal elaboração, isto é, a regularidade urbanística e jurídica. Mas

---

<sup>1</sup> Em 2023, o IBGE, após um processo de diálogo com especialistas da comunidade acadêmica, lideranças que atuam em territórios populares, movimentos sociais e outros órgãos governamentais, tais como a Secretaria Nacional das Periferias, aboliu a denominação “aglomerados subnormais”, que era adotada pelo instituto desde 1991. Embora os critérios que são empregados para qualificar este tipo de território praticamente não tenham se modificado, a denominação “favelas e comunidades urbanas” passa a ser utilizada oficialmente.

isso significa que estes elementos não poderiam estar presentes? Logicamente que não, mas é fundamental reconhecer que eles acabam ocultando as dinâmicas urbanas que são marcadas pelo direito das pessoas em viver nas cidades e suas estratégias e traços identitários que são tecidos a despeito destas narrativas oficiais e de políticas de erradicação de favelas que são comumente revisitadas, a depender dos interesses que estão em jogo na produção de determinado espaço urbano.

Agora vamos refletir sobre os possíveis dissensos desta abordagem no que tange ao ensino do urbano na nossa disciplina.

Há uma pluralidade de formas e dinâmicas urbanas vividas pelos nossos estudantes que nos impõem o desafio de incorporar outras perspectivas ao falarmos das periferias. Isso nos leva a tomar como base o que foi defendido por conjunto de pesquisadores e pesquisadoras num documento denominado “Carta da Maré, Rio de Janeiro – Manifesto das Periferias”, a saber: “(...) cada periferia constitui uma morada no conjunto da cidade, compondo seu tecido urbano e estando, portanto, integrada a este.”<sup>2</sup>

Para este grupo, para avançarmos a respeito da definição de periferia é necessário fazer um deslocamento na forma tradicional como as vemos, isto é, superar esta visão dominante de ausência e de territórios que estão distantes de um centro hegemônico, em defesa de uma perspectiva que leve em conta as dinâmicas próprias de configuração destes territórios. É como se disséssemos que o desafio é pensar as periferias não pelo que lhes falta, mas pelo que lhes constitui, pelo que dá significado para uma enorme parcela da população que nelas residem, como boa parte dos nossos estudantes.

Dito isso, propomos uma reflexão com os estudantes sobre o tema da periferia urbana tomando como referência o município de São Gonçalo. Certamente as representações hegemônicas sobre estes territórios na cidade aparecerão e serão objeto de debate muitas vezes acalorado, com posicionamentos que reforçam determinados estereótipos e outros que expressam uma visão particular do cotidiano.

Os passos estão dispostos a seguir:

1. Apresentar o tema por meio do uso de imagens diversas. Podemos usar fotografias, reportagens de revista, cartões-postais, imagens extraídas de diferentes sites. Aqui entendemos que este primeiro contato com a paisagem se constitui num primeiro movimento de aproximação do tema que permite abrir o diálogo com os/as estudantes e acessar algumas das representações que habitam seu pensamento. Pode-se aventar

---

<sup>2</sup> Em março de 2017, o Instituto Maria e João Aleixo, centro de estudos sobre periferias contemporâneas realizou um seminário internacional com o objetivo de discutir o que eram as periferias e seu lugar no mundo. A partir deste evento lançou o Manifesto das Periferias que intitulou de *Carta da Maré*, com uma construção convergente das organizações, movimentos, coletivos e pessoas que dele participaram sobre as periferias e seu lugar no mundo (CARTA-SEMINARIO-FINAL\_A4.pdf (imja.org.br).

um levantamento de imagens que os próprios estudantes possuem sobre os territórios, localidades em que vivem, mas isso depende do grau de entrosamento dos estudantes entre si e destes com o educador.

## 2. Sistematizar as percepções.

Esta sistematização pode ir em busca dos elementos centrais, ou seja, os que mais apareceram na fala dos e das estudantes. O desenho desta sistematização deve pautar-se nos objetivos centrais traçados pelo educador para a atividade, assim como trazer pistas para o passo seguinte. Portanto, dependendo do que já foi desenvolvido com a turma sobre o tema, pode-se elencar elementos visíveis, como aspectos naturais, padrão construtivo, vias de circulação, ou mesmo salientar elementos da dinâmica urbana como circulação de pessoas, composição sociodemográfica, condições de sociabilidade, entre outros.

## 3. Aprofundamento temático com ênfase em outra perspectiva de periferia

Aqui sugerimos a utilização da Carta da Maré, Rio de Janeiro – Manifesto das Periferias” como um texto que aborda as periferias e sua relação com o restante da cidade. O material pode ser trabalhado como um todo, mas também pode-ser selecionar determinadas partes do texto. Na nossa experiência é fundamental discutir determinadas características das periferias que confrontam esta visão hegemônica do urbano, porque isso pode despertar a criticidade e, talvez, favorecer leituras ou narrativas dos e das jovens que correspondam mais ao que corresponde o significado dos seus territórios de origem.

## 4. Confronto de ideias.

Depois do aprofundamento, cabe recuperar as ideias que foram elencadas no levantamento de percepção inicial para confrontá-las agora, depois de um suporte a mais de conhecimentos. Não cabe a busca de um consenso, mas a construção de olhares mais plurais sobre as periferias, principalmente cotejando todos os pontos refletidos com a realidade vivenciada pelo grupo em São Gonçalo.

Queremos ainda sugerir mais um caminho de desconstrução/construção, dentre outros possíveis. Vamos pensar como os/as estudantes experimentam a cidade a partir do território em que vivem?

Já traçamos anteriormente que a juventude vive experiências e conflitos muito particulares, por isso é fundamental tratá-las sempre no plural, ou seja, mesmo que estejamos falando dos e das jovens com quem trabalhamos e muitas vezes o fazemos utilizando as tipologias as quais nos referimos anteriormente, não se pode desprezar esta pluralidade da juventude.

Quando entramos em sala de aula temos diante de nós uma fração da juventude brasileira, mas cada um destes e cada uma destas vive a juventude a seu modo. Na escola pública, então, não é possível estabelecer padrões, pois temos realidades muito diversas. Deste modo, o nosso ponto de partida para provocar um debate com jovens

estudantes sobre suas experiências na cidade, além de considerar esta diversidade, deve tomar dois caminhos inevitáveis, ou seja, a desigualdade e a diferença.

A desigualdade se enquadra principalmente na dimensão socioeconômica. Nos referimos as grandes disparidades quanto à escolaridade, quanto ao acesso e uso de bens culturais, acesso a serviços de saúde, a oportunidades de trabalho e renda, a uma moradia digna. Segundo dados do IBGE Censo 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos no município de São Gonçalo foi de 96,7%. No conjunto de 92 estados que compõem o Estado do Rio de Janeiro, o município estava na 72ª posição. Ainda conforme este censo (IBGE, 2010) São Gonçalo tinha uma população residente em aglomerados subnormais de pouco de 12 mil habitantes, distribuídos em 22 unidades. São 4048 domicílios particulares localizados em aglomerados subnormais. Isto representa pouco mais de 1% da população residente no município que alcança o total de 998.414 hab. Para o IBGE (2010) este é o quadro que temos, conforme tabela 1.

**Tabela 1 - Censo Demográfico 2010 - Resultados do Universo - Aglomerados Subnormais**

Aglomerados Subnormais em São Gonçalo	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais			Média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais
		Total	Homens	Mulheres	
Alodial	129	407	187	220	3,2
Avenida Central	263	820	406	414	3,1
Beira Rio (Bairro Boa Vista)	146	436	224	212	3,0
Beira Rio (Bairro Palmeiras)	76	225	106	119	3,0
Beira Rio (Bairro Tribobó)	87	267	130	137	3,1
Boaçu Conjunto	210	640	314	326	3,1
Democráticos	51	152	66	86	3,0
Favela da 39	346	1 063	470	593	3,1
Linha do Trem	356	1 076	499	577	3,0
Linha do Trem (Bairro Ieda)	98	311	156	155	3,2
Marimbondo	99	306	147	159	3,1
Menino Deus	637	1 914	946	968	3,0
Morro da Coruja	196	630	317	313	3,2
Morro do Mutuapira	239	755	361	394	3,2
Morro do Patronato	127	408	194	214	3,2
Pica-Pau	163	549	257	292	3,4
Rua Florêncio Cristóvão	102	331	152	179	3,3

**Tabela 1 – (cont.)**

Rua Manoel Eduardo de Souza	158	531	243	288	3,4
Rua Marina Pinheiro de Souza	62	203	100	103	3,3
Rua Marques de Oliveira	96	274	123	151	2,9
Salgueiro	91	274	123	151	3,0

Fonte: IBGE (2010).

Este dado parece divergir da realidade, mas cabe destacar que os critérios para designação de um setor censitário como aglomerado subnormal são definidos pelo IBGE. Certamente para fins de contagem populacional existem incongruências entre os limites formais estabelecidos para os setores que recebem esta classificação e os limites reais que correspondem à dinâmica urbana local. Independente disso, fica o desafio de pensar nesta realidade urbana marcada por grandes disparidades sociais, econômicas e espaciais. Destaca-se ainda que este ponto deve ser objeto de debate com os estudantes. É bem provável que contrapontos sejam feitos a respeito dos quantitativos. Geralmente é muito comum que haja uma superestimação dos números referentes a favelas e assemelhados. Caberá travar um debate sobre como estes dados são produzidos e os efeitos que geram na representação da cidade. Isso pode ajudar estudantes a pensarem sobre possíveis contradições em relação ao modo como tais definições oficiais são elaboradas.

Nos termos dos princípios humanos que regem a vida moderna, todos os indivíduos deveriam ter iguais condições de vida que lhe permitissem desenvolver-se com dignidade e respeito. Entretanto, numa sociedade como a nossa, em que os indivíduos são objetivados (Ribeiro; Lourenço, 2003, p. 46) e são transformados em mercadoria numa engrenagem bem elaborada e perversa do sistema econômico hegemônico, o acesso e o exercício do direito tornam-se muito mais um instrumento de retórica do que uma concretude. No circuito produção-circulação-consumo o que vemos é uma estrutura que termina por estabelecer acessos bem diferenciados aos direitos para uma parcela da população.

Uma breve abordagem sobre a condição juvenil no Brasil aponta realidades suficientemente desiguais a partir da origem, da classe social, da condição de gênero, do local de moradia, entre outros, sobre os jovens brasileiros. Embora a realidade da desigualdade não se restrinja aos jovens e também não se localiza apenas em favelas, cabe reconhecer que estes territórios e seus moradores vivem condições restritas em termos de acesso à direitos.

O urbano brasileiro foi consolidando ao longo do tempo territórios marcados pela riqueza e em detrimento de territórios onde o déficit de investimentos é grande. Aquela relação de centro e periferia, que mencionamos anteriormente, é um desdobramento deste ordenamento urbano complexo e contraditório. Entretanto, uma das expressões

deste espaço urbano desigual é a produção de uma subjetividade extremamente cruel e promotora de estereótipos e discriminações. Desse modo, o discurso do “menor” ou do “pivete”, a recorrente tradução na mídia de jovens pobres como bandidos ou como coniventes com os “criminosos” e o “tráfico” são apenas expressões pontuais e cotidianas de um discurso do perigo, o que por vezes são incorporados nos diálogos travados nas escolas.

Se reconhecemos que a desigualdade tem um duplo caráter, ou seja, um que se expressaria por condições objetivas de acesso a direitos como moradia, trabalho, saúde, lazer, entre outros, e outro por condições mais subjetivas, que se expressaria por conteúdos simbólicos que narram e norteiam o olhar da sociedade em relação a seus indivíduos, é importante afirmar que existem condições de estar no mundo que engessam e, de modo mais contundente, impedem que os jovens exerçam seu direito de escolha.

A experiência de ser jovem de origem popular nos grandes centros urbanos é como foi mencionado anteriormente, a marca da distinção territorial de direitos. Morar em favelas, conjuntos habitacionais populares, loteamentos irregulares e outros espaços populares urbanos significa estar distante não simplesmente fisicamente, mas culturalmente das ofertas regulares de lazer e cultura. A distinção e a desigualdade territoriais podem impactar a relação deste com a cidade e com o conjunto de possibilidades que ela poderia lhe proporcionar. Em outras palavras, as distâncias físicas estabelecidas por um investimento público e privado desigual na cidade atuam certamente para dificultar que estes jovens alcancem e se apropriem dessa diversidade de opções.

A despeito destas condições tão adversas que foram elencadas, os jovens também nos surpreendem pelos seus diferentes modos de viver. Hábitos, costumes, identificações sexuais, linguagens diversas, ruptura com espaços prescritos nos asseguram de que temos juventudes as mais diferentes entre si e que constituem configurações sociais as mais diferentes na cidade.

É muito pertinente a reflexão de Moreira (1999, p. 53) ao defender um espaço polissêmico, porque os sujeitos são polissêmicos. São diferentes modos de ser, posto que mediados por experiências distintas, desiguais, travadas no espaço. O que o autor recupera é a dialética do singular-plural, o que ele denomina de um sujeito que se poliformiza com o tema da diferença. Mas esta poliformia é travada no espaço.

Podemos identificar isso nos espaços em que vivem os jovens com quem trabalhamos. Os jovens periféricos, residentes em São Gonçalo, alguns que residem em favelas, têm construído em seus territórios experiências particulares de superação dos estereótipos, mas que são singulares para nosso trabalho como educadores. Um bom exemplo disso são as rodas de rap que acontecem em algumas praças da cidade, que agregam jovens deste universo cultural do hip hop. São espaços de contestação a ordem social estabelecida, repletos de contradição, assim como somos todos. Ruas e praças

assumem enorme importância como espaço de entretenimento para a população gonçalense. Elas são o palco das grandes batalhas de rap na cidade. Temos a batalha do Tanque na praça dos Ex-combatentes, no Patronato, a batalha do conhecimento na Praça da Trindade, que vinha junto com uma biblioteca solidária, uma outra batalha do conhecimento acontece no Laranjal, a batalha de rimas na praça do Rio do Ouro, as batalhas de rimas na praça do Jardim Catarina ao lado da Lona Cultural, o que a torna muito simbólica. Temos o encontro dos grafiteiros amadores na Praça da Trindade, os skatistas que se reúnem na antiga Praça Chico Mendes, na Raul Veiga, mesmo que as rampas não sejam objeto de manutenção pela gestão municipal.

Outro lugar de encontro dos jovens são os shoppings centers. No município de São Gonçalo estes espaços de consumo também se constituem em pólos agregadores de distintos grupos juvenis. Tal como mencionam Barbosa e Costa (2020) sobre os *rolés* juvenis como oportunidades em que suas narrativas e práticas são meios de afirmação de suas diferenças socioculturais. Em alguns momentos estes *rolés* se tornaram muito comuns e, a partir da cibercultura, ganharam uma proporção, mobilizando um quantitativo expressivo de jovens circulando em espaços como os shopping centers.

A respeito desta cibercultura, é importante destacar que as diversas manifestações juvenis tiveram nas redes sociais um ponto de partida significativo. Isso ocorre porque é, inicialmente, nas redes sociais que as manifestações culturais se tornam públicas, permitindo que os jovens expressem seus interesses e as divulguem entre si.

O uso das redes sociais afeta significativamente os jovens periféricos, oferecendo tanto oportunidades quanto desafios únicos. Por um lado, essas plataformas proporcionam acesso a informações, oportunidades de aprendizados, visibilidade para expor para o mundo sua cultura, suas práticas, sua beleza. que por vezes fica embotada pelo estereótipo da ausência. Assim, jovens periféricos podem usar as redes sociais para expressar suas vozes, promover suas culturas e talentos, e como aconteceu com a “Batalha do Tanque” já mencionada. Por outro lado, a exposição constante a estilos de vida e padrões de consumo que muitas vezes são inacessíveis pode aumentar sentimentos de exclusão e pressão social. Portanto, é crucial reconhecermos e compreendermos o impacto das redes sociais na vida dos jovens e como isso molda sua lógica de consumo. As redes sociais não apenas influenciam o que os jovens compram, mas também como eles percebem a realidade ao seu redor.

Todos estes locais são a cena pública contemporânea das juventudes urbanas e periféricas, onde os jovens socializam e se afirmam como sujeitos. Todas estas vivências são marcadas pela prática sociocultural, são atravessadas pela condição estético-corpórea de jovens que atravessam muitos interditos para se projetarem como sujeitos na cidade. Um dos relatos que colhemos ao longo deste processo foi dos jovens que residem na comunidade da Chumbada, que retratava os constrangimentos vividos quando iam ao Shopping ou passavam algum tempo na “Praça do Zé”, a Praça

Estephânia de Carvalho, mais conhecida como Praça Zé Garoto. Um caso exemplar dos interditos alicerçados no racismo e na visão de classe, mesmo se passando num município periférico como o de São Gonçalo. Por isso pensar esta dinâmica da cidade de São Gonçalo a partir das vivências destes jovens é uma forma de colocar em questão a clássica relação centro-periferia e colaborar para que estes sintam pertencentes a cidade.

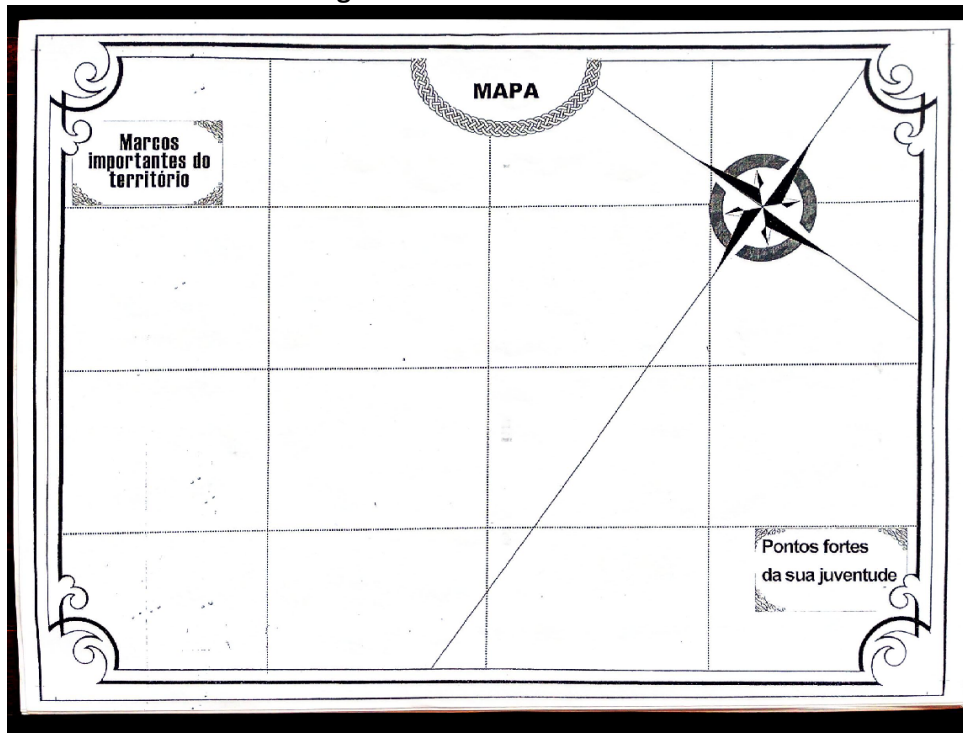
Mas uma coisa fica bem acentuada, isto é, os jovens se reúnem, convivem, criam laços, redimensionam o uso que estava prescrito para aquele local. Portanto são formas visíveis de manifestação da pluralidade de existências que dão significado a vida destes sujeitos.

Diante destes dois caminhos para pensar as juventudes periféricas, cabe perfeitamente discutirmos com os e as estudantes como são suas experiências na cidade. Por isso propor um movimento uma cartografia preliminar sobre os marcos importantes do território, relacionados com as experiências juvenis.

Propomos a elaboração de um primeiro mapeamento cognitivo dos marcos mais relevantes do território em que o/a estudante vive. Sugere-se sempre que estes marcos devem estar relacionados com traços de sua experiência juvenil. Para isso utilizamos o quadro, que pode perfeitamente ser adaptado as distintas realidades. É comum que haja uma pergunta sobre a necessidade de apresentar as ideias espacializadas. Isso dependerá do grau de familiaridade que o grupo tem com as bases da cartografia, isto é, se já consolidou alguns conhecimentos sobre as representações cartográficas. Então tanto pode-se apenas usar o instrumento como um registro dos elementos, mas também no formato de um mapa mental que traz tais elementos com algum georreferenciamento.

A figura 1 apresenta um modelo que adotamos para disparar o processo. E em seguida, apresentamos ainda um mapa de bairros do município para colaborar com o esforço de mapeamento dos estudantes, que pode variar da escala muito próxima dele até uma escala municipal ou metropolitana.

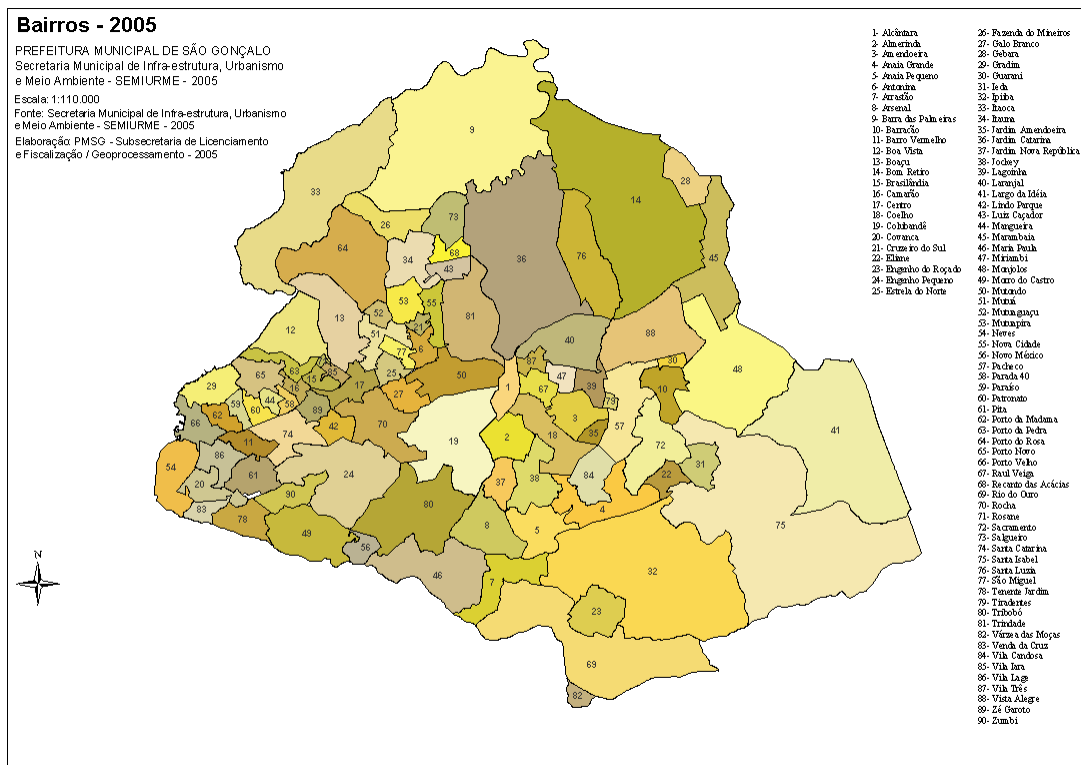
**Figura 1 – Marcos do Território**



Fonte: Elaboração dos autores (2012).

Uma boa opção para desdobrar este mapeamento cognitivo inicial é buscar a cartografia da cidade. Acrescentamos a seguir na figura 2, o mapa de bairros que está disposto no site da Prefeitura da Cidade de São Gonçalo e o link de uma cartografia produzida na dissertação de mestrado de autoria de Thiago Giliberti Bersot Gonçalves, do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ, em 2012, intitulada “Periferias segregadas, segregação nas periferias. Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo/RJ” (Gonçalves, 2012).

**Figura 2 – Mapa de Bairros**



Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo/RJ (2005).

A partir do momento que os estudantes organizam seu mapeamento, partimos para a apresentação de cada um deles. É o momento em que o educador deve abrir espaço para que cada componente do grupo tenha espaço e acolhimento para sua fala. Ao mesmo tempo cabe um processo de correlacionamento dos marcos e pontos importantes que progressivamente vão sendo destacados, tentando alinhar alguns elementos consonantes e dissonantes da experiência. Poderão ser observadas representações com escalas distintas, revelando a espacialidade diferencial de cada participante e estas distintas escalaridades ou conjuntos espaciais, tal como aponta Lacoste (1993) podem ser interpeladas pelo educador.

A construção de um quadro geral com elementos das práticas sociais e espaciais do grupo pode ser a continuidade da proposta. O mesmo quadro pode ser utilizado (agora num tamanho maior) para uma tentativa de representação dos marcos principais do território vivido pelos e pelas jovens. Neste quadro poderemos identificar locais de encontro dos/das jovens, práticas de lazer e cultura, espaços marcos pelo consumo, sentimentos que cada lugar gera em cada um ou cada uma, ou seja, teremos um quadro diverso das experiências urbanas do grupo. É possível que mais do que um quadro sintético seja feito, a depender da distribuição dos locais de residência do grupo.

## Considerações Finais

Com o percurso realizado até o momento cabe ainda salientar que as propostas didáticas anteriormente apresentadas foram construídas no contexto que mencionamos anteriormente, ou seja, para uma experiência de trabalho com jovens urbanos, residentes em município de São Gonçalo, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro, que se constitui numa das periferias urbanas mais densas e complexas desta região. Esta seleção certamente não se aplica a todas as realidades juvenis, mas o ponto de inflexão que propomos reside na dimensão espacial encontrada nas práticas sociais juvenis e nos permite ampliar o arcabouço de interpretações sobre que juventudes são essas que estamos falando e de como a geografia, em especial através das práticas de ensino na educação básica, pode contribuir para construir novas concepções do que é ser jovem.

Licenciandos e licenciandas devem estar atentos ao contexto no qual irão exercer suas atividades profissionais, isto pois, mesmo que inseridas num mesmo recorte territorial, as unidades de ensino apresentam características e dinâmicas próprias, com sujeitos que experienciam a cidade de forma diferente e singular. Um fazer pedagógico territorial e socialmente centrado tem potencial para tornar esta realidade um suporte para a construção do conhecimento e para contribuir para uma formação efetivamente humanizadora, que nos estimule menos à competição e mais à convivência.

Nesse sentido, de modo a manter o debate aberto à possíveis novas formulações, reconhecemos a geografia como uma poderosa ferramenta de leitura da realidade que permite que educadores-pesquisadores promovam a construção de outras geografias, estas que vão desvelar as contradições de visões hegemônicas estereotipadas acerca das juventudes periféricas, a fim de criar leituras para este complexo fenômeno social que, por essência, é também espacial. Logo, há uma necessidade de construir perceptivas a luz da potência, considerando a pluralidade cultural, étnica, racial, de gênero e de classe tão intimamente ligada à tal fenômeno.

## Referências

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2008.

AYTKEN, Stuart C. **Geographies of young people. The morally contested spaces of identity**. London and New York: Routledge. Taylor & Francis Group, 2003.

AYTKEN, Stuart C. **Jovens, direitos e territórios. Apagamento, política neoliberal e ética pós-infância**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2019.

ALMEIDA, M. I. M. & EUGENIO, F. (orgs) **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2006.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Urbanismo e fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

BARBOSA, Jorge Luiz. Juventudes e Cidades. Conferência ministrada em I Seminário de Pesquisa Juventudes e Cidades do Instituto de Ciências Humanas da UFJF. Out/2013. **Revista de Geografia** – número especial. V. 1. 2013  
<http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2013/02/Palestra-Prof.-Jorge-Barbosa.pdf>

BARBOSA, Jorge Luiz, COSTA. Eliane. Territórios e territorialidades em ciberculturas dos rolés: narrativas e práticas de compartilhamentos de corporeidades estético-políticas. In: DAMASCENO, I, BARBOSA, J. L (orgs) **Juventudes das cidades**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda Juventude Brasil – Quem são...Como vivem...O que pensam e propõem os jovens brasileiros?** – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, 2013.

CASSAB, Clarice. **(Re)Construir Utopias: jovem, cidade e política**. Tese de Doutorado em Geografia. Instituto Geociências. Niterói: [s.n.], 2009.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas de/ para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

CERBINO, Mauro. **Jóvenes em la calle. Cultura y Conflicto**. Rubi (Barcelona): Antrophos Editorial, 2006

DAYRELL, Juarez. Juventude, produção cultural e a escola. **Revista Caderno do Professor**. n. 9, 2002. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**. Faculdade de Educação. Set-Dez, 2003, no.24

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: M. Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del racismo**. Buenos Aires: Altamira, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. e org. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRAGA, P. C. P.; LULIANELLI A. S. (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot. **Periferias segregadas, segregação nas periferias. Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo, RJ.** 2012. 219f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2012. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2013/06/Periferias-segregadas-segrega%C3%A7%C3%A3o-nas-periferias.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

GROPPO, Luis Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Resultados do Universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Tradução de Maria Cecília França. 3. ed. Campinas, SP: Papirus Ed., 1993.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MAGNANI, José G. C.; SOUZA, Bruna M. (orgs.). **Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontros e sociabilidade.** São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2007.

MASSEY, Dorren. Filosofia da Espacialidade: algumas considerações. **Geographia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense** Niterói, ano VI, n. 12, p. 7-28, 2004.

MOREIRA, Ruy. Uma ciência das práticas e saberes espaciais. **Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ)**, ano 13, n. 2, p. 26-43, jul.-dez. 2017.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a Geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. **Geographia, Revista da Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói**, ano I, n.1, p. 41-58; 1999.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral. A crise paradigmática do mundo moderno.** Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

NOVAES, Regina R.; RIBEIRO, Eliane (orgs). **Livro das Juventudes Sul- Americanas.** IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro: IBASE e Instituto Pólis, 2010.

NOVAES, Regina. Nada será como antes: notícias das juventudes sul-americanas. **Publicação do Observatório da Cidadania, 2007.**

OLIVEIRA, K. A. T.; PIRES, L. M. (orgs). **Ensinar a cidade.** Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2017.

PARRA, Adrián Restrepo. **Jóvenes y antimilitarismo en Medellín.** Medellín: La Carreta Editores, Universidad de Antioquia. Instituto de Estudios Políticos, 2007.

PIETERSE, Edgar. Culturas da Juventude e a mediação da exclusão/inclusão racial e urbana no Brasil e da África do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Presidente Prudente/SP.** v. 10, n.1, p. 105-124, maio 2008. Disponível em: Culturas da juventude e a mediação da exclusão/inclusão racial e urbana no Brasil e na África do Sul | Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Acesso em: 2 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **Bairros.** Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente, 2005.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. In: **Juventude e Contemporaneidade.** Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. (Coleção Educação para Todos; 16).

RIBEIRO, Ana Clara Torres; LOURENÇO, Alice. Marcas do Tempo: violência e objetivação da juventude. In: FRAGA, P. C. P.; LULIANELLI A. S. (orgs.). **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **Revista e-metropolis.** Rio de Janeiro/RJ, ano 8, n. 31, p. 5-21, dez. 2017. Disponível em: emetropolis31\_capa.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Jailson Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela: Alegria e Dor na Cidade.** Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio; [X] Brasil, 2005.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L.; SIMÃO, M. P. **A favela reinventa a cidade.** Rio de Janeiro: Mórula: EdUniperiferias, 2020.

SIMÃO, M. P. **Cartografias de jovens como sujeitos políticos: dos espaços de identidade aos espaços de visibilidade.** 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2013. Disponível em: [https://posgeo-uff.com.br/wp-content/uploads/2022/02/para\\_o\\_site\\_oficial\\_v3.pdf](https://posgeo-uff.com.br/wp-content/uploads/2022/02/para_o_site_oficial_v3.pdf) . Acesso em: 2 jul. 2025.

UNIPERIFERIAS. **Carta da Maré, Rio de Janeiro. Manifesto das Periferias.** Instituto Maria e João Aleixo. UniPeriferias: Rio de Janeiro, 2017.

VELHO, Gilberto; DUARTE, Luis Fernando Dias (orgs.). **Juventude Contemporânea. Culturas, gostos e carreiras.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma construção teórica e conceitual. *In:* SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

---

Recebido em: 21/11/2023

Aprovado em: 4/2/2024